

## Como citar este artigo:

Weber, L.N.D. (1996). Psicologia: definições, perspectivas e desenvolvimento. *Psicologia Argumento*, XIX, 9-28.

# PSICOLOGIA: DEFINIÇÕES, PERSPECTIVAS E DESENVOLVIMENTO <sup>1</sup>

Lídia Natalia Dobrianskyj Weber; Sílvio Paulo Botomé; José Rubens Rebelatto

**RESUMO:** Este trabalho visa investigar alguns conceitos predominantes em relação ao que caracteriza a Psicologia e a atuação do psicólogo, questionando certos aspectos da formação universitária e da estruturação do ensino superior como determinantes para a limitada atuação do psicólogo na comunidade.

Há séculos utiliza-se o conhecimento reunido sob o nome de Psicologia. Há muitos anos e em múltiplos países já existe uma regulamentação da profissão de psicólogo. O número desses profissionais aumenta vertiginosamente contando-se hoje aos milhares em qualquer país de dimensões e desenvolvimento razoáveis. A Psicologia, porém, não existe em um vácuo, autodeterminando-se. As pessoas que utilizam esse conhecimento dependem não só da produção do conhecimento em Psicologia como também de outros conhecimentos de boa qualidade e de diferentes naturezas e tipos. Nessas relações de interdependência entre conhecimentos disponíveis e o seu uso pelos que trabalham com Psicologia há uma razoável quantidade de concepções que precisam ser examinadas e esclarecidas, quando não melhor constituídas do que aquilo que se encontra disponível.

Um conjunto dessas concepções está contido no que foi questionado por Ribes Iñesta (1982, p. 121). Ele fez uma pergunta crucial: será a Psicologia uma profissão? Este autor considera que, com a emergência de novas disciplinas científicas apresentou-se mais seriamente o problema da contribuição da Psicologia para o exercício das profissões na sociedade. De certa forma ela é uma das protagonistas no aumento do problema da falta de clareza sobre as possibilidades dessa contribuição, de diferentes pontos de vista: epistemológico, metodológico, científico, profissional, etc. Para esclarecer a especificidade da contribuição da Psicologia para a sociedade é necessário examiná-la na dualidade de seu atual caráter de conhecimento científico (uma área de conhecimento)

---

<sup>1</sup> Este artigo faz parte do trabalho de Dobrianskyj, L.N.; Botomé, S.P. e Rebelatto, J.R. (1988) *Psicologia: área de conhecimento, mercado de trabalho ou campo de atuação profissional?* São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos. Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná. Não publicado.  
Professora do Departamento de Psicologia da Universidade do Paraná.  
Professor do Departamento de Psicologia da Universidade de São Carlos.  
Professor do Departamento de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos.

e de aplicação social desse - e de outros - conhecimentos (um campo de atuação profissional).

Ao tentar responder o que deve definir a Psicologia em relação a uma ou outra dessas concepções, é necessário tomar vários cuidados para evitar conseqüências prejudiciais à própria visibilidade dos conceitos para entender, produzir e usar o conhecimento dessa área. Um desses cuidados é fazer uma necessária e precisa distinção entre **campo de atuação, mercado profissional e área de conhecimento**. São três conceitos absolutamente distintos e que, sendo claros, auxiliam a orientar o raciocínio, a percepção, a disposição e a atuação em direções precisas e úteis ao desenvolvimento da Psicologia. Outro cuidado é ter uma clara percepção dos determinantes históricos, legais, sociais e institucionais dos conceitos predominantes em relação ao que caracteriza a Psicologia tanto em um caso como em outro (se é que existe mais de um caso). Outro ainda, é utilizar metodologia científica cuidadosa e dados significativos para analisar o que está envolvido na definição da Psicologia. Tudo isso, finalmente, precisa ser feito sem perder de vista a questão básica: o que é essencial na definição da Psicologia tanto como campo de atuação profissional quanto como área de conhecimento? A gênese da Psicologia, a formação dos que trabalham com ela, a estruturação do ensino superior, tradições culturais formadoras dos que atuam na universidade, os próprios conceitos (ou preconceitos) existentes, etc., são alguns dos aspectos que podem ilustrar um pouco melhor a complexidade do problema da percepção do que seja a Psicologia.

As características predominantes na gênese histórica da Psicologia, apesar de terem sofrido alterações, com avanços e recuos, são mantidas até hoje, quando já poderiam, há muito tempo, ter sido superadas. Uma perene ênfase no uso das diferentes técnicas psicoterápicas no tratamento de “patologias mentais”, “distúrbios de comportamento” ou “problemas existenciais”, etc, tem marcado a caracterização dessa origem, ignorando os avanços no conhecimento e as modificações do mundo e da tecnologia no último século. Seu surgimento e implantação no país, incluindo a sua regulamentação legal, mantiveram essa tendência até hoje. E essa é uma caracterização que convém a certos interesses econômicos e ao modelo de “profissional liberal” atuando em um consultório particular à espera de ocorrência de incômodos suficientemente grandes para que as pessoas o procurem e paguem para resolver o “seu incômodo”. Essas influências acabam por restringir a atuação dos profissionais da Psicologia a umas poucas atividades relacionadas principalmente à clínica particular - ainda uma grande

aspiração de trabalho das novas gerações de psicólogos. O que hoje parece evidente, traz sérias limitações ao trabalho com a Psicologia e graves prejuízos sociais.

A formação proposta nas Universidades não parece dedicar-se a corrigir a tendência predominante (a permanecer com as características do nascimento) da profissão, também ela ignorando tanto o conhecimento produzido pela própria área quanto aqueles desenvolvidos em múltiplas outras. O currículo dos cursos parece mais voltado ao ensino de técnicas e modelos de atuação existentes (e consagrados) do que ao desenvolvimento de **atuações profissionais socialmente significativas**. Os cursos, pelo menos no que se vê nos planos e programas de ensino - não parecem sequer levar e conta uma bibliografia mais atualizada a respeito do trabalho clínico (por exemplo, a literatura sobre Epidemiologia Social: Breilh e Granda, 1980; Laurell, 1975; Nunes, 1985), sobre ensino de graduação, aumentadas por conhecimento novo, nem pelo exame, proposição ou teste de alternativas de atuação, nem por um currículo que exponha o aluno a situações e oportunidades para desenvolver outras formas de utilização do conhecimento psicológico para resolver problemas na comunidade onde vai atuar como profissional. Essas formas de atuação mesmo que não se confirmem como possibilidades viáveis a curto prazo para o exercício profissional teriam um potencial educativo - que não pode ser desprezado - para, pelo menos, capacitar o aluno a criar e testar alternativas de atuação.

Os currículos dos cursos de Psicologia, através da formação que condicionam, perpetuam a regressão histórica ao nascimento da Psicologia à medida que enfatizam o atendimento individual, o ensino das técnicas de tratamento já existentes e uma atuação eminentemente clínica - no sentido de "tratamento dos distúrbios" já instalados. Há uma tendência a ensinar o uso de técnicas existentes com uma evidente e acentuada carência de reflexão crítica sobre as possibilidades da própria Psicologia, bem como do exame e da procura de alternativas de atuação profissional socialmente mais relevantes ou, pelo menos, mais coerentes com os avanços recentes do conhecimento científico.

A formação na universidade também contém uma distorção anticientífica com nuances de seitas dogmáticas: a Psicologia é apresentada como sendo composta por vários sistemas que se opõem ou se excluem uns aos outros, forçando o aluno a aderir (o termo usado é "optar") a um desses sistemas. E isso é como uma "escolha de fé" que determina uma aceitação relativamente incondicional de tudo o que pertence a esse sistema ao qual houve adesão e uma recusa bastante intensa daquilo que não está incluído nele. Assim, o atual aluno de graduação e futuro profissional, além de ser modelado por um direcionamento essencialmente clínico, acaba sendo forçado a aderir a

um sistema psicológico como uma opção “sagrada” que, fatalmente, o levará a desenvolver um viés em sua atuação. Ele pode ser capaz de lidar com técnicas da linha (ou abordagem) “X” ou “Y” (fenomenológica, behaviorista, psicanalítica, existencialista Marxista, psicodramática etc.) **mas pode não ser capaz de identificar ou analisar o fenômeno psicológico que se lhe apresenta.** Com isso ele tende a “ver” as necessidades dos demais como sendo aquelas que se relacionam às técnicas que aprendeu a usar. Com tudo isso, a formação que deveria preparar para atuar no futuro, permanece presa e limitada por concepções do passado, às vezes ultrapassadas como conhecimento mas não superadas nas práticas do ensino que construirá a atuação profissional dos anos seguintes.

A própria noção do que é a atividade de pesquisa sofre o mesmo problema ao ser entendida através de categorias dicotômicas simplificadoras (e muitas vezes moralistas), também elas excludentes e opostas umas e relação às outras. Também são apresentadas como sendo objetos de opção por parte dos cientistas como se fosse seitas ou crenças pelas quais se faz uma adesão de fé e dedicação. A metodologia, o tipo de pesquisa, a situação na qual vai ser feita uma investigação, a forma de pesquisa ou o tipo de investigação não devem ser determinadas pela “opção” (a priori) do pesquisador e sim pela natureza do problema que indica a necessidade de realizar uma investigação. A forma de pesquisa ou o tipo de investigação devem ser determinadas pelo que se busca conhecer e não pelas “preferências” de quem faz a pesquisa. As Universidades, em geral, ainda não lidam com a pesquisa dessa forma, criando, para o aluno, um universos de falsas opções como se elas fossem os fundamentos de sua definição profissional e científica.

Um exemplo ilustrativo dessas falsas dicotomias pode ser a própria atividade de “diagnosticar” um “problema psicológico” como uma das habilidades fundamentais para quem quiser trabalhar com Psicologia. Para realizar um diagnóstico o profissional deve lidar com o fenômeno em si e não com seus determinantes. Mediante um estudo cuidadoso dos sintomas e características apresentados pela pessoa, o profissional pode avaliar o que está acontecendo com esta pessoa, e talvez, saber sobre o desenvolvimento do problema em questão. Porém, **para solucionar e até, em outro nível, prevenir este tipo de problema, o psicólogo deverá lidar com os determinantes da situação.** Sabemos que, para se lidar com os determinantes de uma situação, é extremamente importante a utilização de, não apenas uma, mas muitas áreas de conhecimento. Um determinado fenômeno psicológico é sempre recortado e classificado arbitrariamente, certamente visando fins didáticos e não possibilidades de

atuação. O que queremos ressaltar é que um determinado fenômeno não ocorre no vácuo, e nem ocorre independentemente de outros contextos em que o indivíduo se insere. É inviável supor que, em todos os fenômenos psicológicos, existam somente componentes psicológicos. Os determinantes de um fenômeno psicológico ou qualquer outro, podem estar enquadrados tanto na história pessoal do indivíduo, como na conjuntura econômica do país onde ele vive. E para podermos localizar e analisar outras variáveis que existem por trás de um fenômeno psicológico, o profissional da Psicologia necessita, no mínimo, uma aproximação básica com diversas outras áreas de conhecimento, tais como História, Sociologia, Economia, Saúde, Educação, Conhecimentos Gerais, etc.

A Universidade, ao privilegiar o ensino de técnicas psicológicas e não a análise do fenômeno psicológico, contribui para corroborar a idéia de que as ofertas de emprego existentes definam as possibilidades de atuação profissional. A idéia torna-se circular se pensarmos que a Universidade tende a ensinar justamente aquelas técnicas que atenderiam às ofertas de emprego existentes.

De qualquer forma não é possível a Universidade eximir-se diante dos problemas existentes com o exercício profissional (Oliveira e Botomé, 1984) e diante da necessidade, cada vez maior, de descobrir e propor alternativas de atuação profissional socialmente relevantes (Botomé, 1987). No mínimo porque é incompatível com uma definição razoável do que deve ser uma Universidade (Ribeiro, 1973 e 1978; Demo, 1983), ou o conhecimento científico que ela desenvolve e usa (Bernal, 1975; Varsavsky, 1976) ou o que possa ser o papel da tecnologia científica na atuação profissional na sociedade (Varsavsky, 1974).

Os dados obtidos e as análises feitas a respeito das concepções sobre o que caracteriza a Psicologia como profissão e como área de conhecimento indicam algumas direções de estudo e aprofundamento que parecem permitir um aumento bastante grande na visibilidade do que deve definir e orientar o exercício profissional. Em primeiro lugar parece importante a Psicologia ter o seu objeto de trabalho e estudo claramente definido e cuidadosamente avaliado. Em segundo, isso exige o esclarecimento de vários conceitos envolvidos na noção de exercício profissional, área de conhecimento, objeto de trabalho, objeto de estudo, modalidades de atuação profissional, etc. Por último, é preciso esclarecer as relações entre o exercício profissional, o conhecimento necessário para a realização e para o desenvolvimento dessa profissão e desse ensino.

Dados de pesquisas recentes mostram que a imagem “clínica” da profissão é muito forte, tanto entre os alunos dos cursos de graduação e em profissionais atuantes, como

na população leiga (Carvalho, 1982; Carvalho & Kavano, 1982; Dobrianskyj, 1988; Weber, Durat & Morikawa, 1991; Weber, 1991; Weber, Rickli & Liviski, 1994). Uma condição básica para que se possa desmistificar a exclusividade da atuação clínica em Psicologia, é a atualização dos conceitos e aprendizagens que deverão compor o repertório dos futuros profissionais, de maneira que estes sejam capazes de utilizar o conhecimento da Psicologia em **inúmeros campos de atuação socialmente significativos**.

O trabalho a ser desenvolvido para atualizar o ensino de Psicologia precisa ser realizado em várias direções. Uma delas, já explicitada anteriormente, é a de definir claramente o seu objeto de trabalho e estudo, caso contrário, a profissão corre o risco de, progressivamente, descaracterizar-se ou tornar-se socialmente desnecessária e prejudicial, por não ter clareza de suas abrangências e de seus limites, e, com isso, ignorar as diversas perspectivas de atuação profissional. Mesmo que o problema dos limites se apresente controvertido e complexo, sua importante para o desenvolvimento da profissão.

Um dos problemas que fazem com que não se tenha maior clareza sobre o objeto de trabalho da Psicologia é a pouca distinção entre mercado profissional, campo de atuação profissional e área de conhecimento. Sem essa distinção, a atuação profissional e o ensino dos novos psicólogos correm o risco de desenvolver um trabalho em direções inadequadas ou mesmo distintas. É bastante difundida a noção de que as “possibilidades de exercício de uma profissão” são definidas pelo mercado profissional (Mello, 1975; Botomé, 1979; Bucher, 1980; Carvalho, 1982 e 1984; Oliveira e Botomé, 1984; Botomé e colaboradores, 1986). Essa noção precisa, no mínimo, ser melhor examinada. Em primeiro lugar porque “mercado profissional” define-se, fundamentalmente, pelas *ofertas de emprego existentes* para um determinado tipo de profissional. Em segundo lugar, e por contraste, porque a expressão *possibilidades de atuação profissional* define, mais apropriadamente, um campo de atuação profissional. Nesta concepção o que interessa são as **possibilidades de atuação** e não apenas os *empregos oferecidos*. Essas duas concepções precisam ser melhor esclarecidas em relação à sua importância para a orientação da formação de profissionais de Ensino Superior.

Assim, o campo de atuação de um profissional, ou do psicólogo em particular, não precisa restringir-se ao mercado de trabalho, isto é, às ofertas de emprego existentes. **O campo de atuação de um psicólogo pode ser tão amplo quanto a sua capacidade de intervir através do conhecimento do seu objeto de estudo, visando obter algum resultado significativo para algum segmento da população.**

Discutiremos, em seguida, duas noções conhecidas de *área de conhecimento* e *campo de atuação profissional*. **Área de conhecimento**: nome que se refere a atividade de produção de conhecimento em relação a um objeto ou assunto de estudo. Em geral não é especializado, restrito ou específico a não ser quando há uma grande complexidade ou especialização, comportando inúmeras “áreas de conhecimento especializadas”. No caso de instituições só cabe a especialização quando há muitos “setores especializados” e cada um com “certo porte”. Não se confunde com “área de consumo” (uso ou aplicação de conhecimento).

**Campo de atuação profissional**: nome que se refere a atividades de intervenção de um profissional sobre os problemas, dificuldades ou características da natureza ou das pessoas visando uma alteração, em geral imediata ou a curto prazo, em características da natureza ou das pessoas de forma a minimizar ou eliminar sofrimento e a otimizar condições de vida. Caracteriza-se por usar conhecimento de diferentes áreas para maximizar a qualidade e eficácia da intervenção. Defini-se pelas necessidades da população onde se insere a atuação do profissional desses campos e não pelas “ofertas de emprego” (mercado de trabalho?) para determinado tipo de profissional. Em geral, as possibilidades de atuação e as características gerais do ensino (formação) são definidas por lei.

Esclarecer a noção de campo de atuação profissional exige, porém, uma maior clareza sobre o que quer dizer a expressão “possibilidades de atuação profissional”. Pelo menos como contraste à noção de “mercado” para a profissão. Os que atuam em um campo profissional possuem como responsabilidade a intervenção direta da sociedade no sentido de lidar com certas categorias de problemas (Botomé, 1986). Mais especificamente, um campo de atuação profissional se caracteriza por um conjunto de atividades, em realização ou potenciais, cujo objetivo é conseguir uma intervenção imediata (ou, pelo menos, o mais rápida possível) e abrangente na realidade, de maneira a resolver problemas.

É importante esclarecer que há algumas dificuldades para lidar com a noção de “campo profissional” no sentido de “possibilidades de atuação”. Em primeiro lugar, é preciso considerar o problema do “pagamento” do trabalho profissional: para várias das “possibilidades de atuação” não há oferta de salário a quem se dispuser a desenvolvê-las. Em segundo lugar, é preciso lembrar que as profissões são definidas e limitadas por leis: em geral há legislação específica (desde decretos até o código de ética profissional) regulamentando o exercício profissional. Como superar essas duas dificuldades?

Em relação ao problema da não existência de pagamento para várias das possibilidades de atuação profissional é preciso insistir que uma dificuldade não pode ser tomada como insuperável para a atuação profissional. Tem sido constante a “abertura” de novas formas de trabalho e, mesmo, de constante a “abertura” de novas formas de trabalho e, mesmo, de novos tipos de atuação que, no seu próprio surgimento e proposição, já contêm a forma de sua sustentação econômica. Aliás, as empresas particulares sempre estão fazendo isto: estudam, como parte do problema a sua sustentação (incluindo aí lucros astronômicos). E, com frequência, oferecem serviços de pouco valor real, mas apoiados por maciça propaganda ilusória, sedutora e, muitas vezes, mentirosa. A Universidade, retirados os aspectos de lucro e de mentira, pode **desenvolver entre as habilidades de seus alunos a capacidade de fazer projetos de intervenção com a definição de como os projetos vão se sustentar economicamente**. Também se pode incluir nessas habilidades - e no corpo do próprio projeto de trabalho profissional - a aprendizagem de como se divulga e se desenvolve um processo de envolvimento de uma população na sustentação de um serviço de seu interesse. O conhecimento existente sobre comportamento, administração, economia, finanças e planejamento institucional já permite desenvolver esse tipo de atividade (e aprendizagem) nos cursos de graduação (Botomé e colaboradores, 1986). Aliás, parece ser uma necessidade urgente dos alunos e recém-formados que a Universidade desenvolva essas aprendizagens (Ribeiro, 1973; Varsavsky, 1974; Duran, 1975; Mello, 1975; Ribeiro, 1978; Botomé, 1979; Tyller, 1979; Botomé, 1981; Castro, 1982; Botomé, 1983; Demo, 1983; Duran, 1983; Botomé e Santos, 1984).

Mais ainda, é uma reivindicação e já uma possibilidade e experiência na área da saúde (Laurell, 1975; Botomé e colaboradores, 1979; Botomé e Rosenberg, 1980; Reilh e Granda, 1980; Pedrazzani, 1983; Oliveira e Botomé, 1984; Seixas, 1984; Botomé e colaboradores, 1986; Miranda, 1986 e outros). Há, hoje, inclusive, uma razoável proliferação de cursos particulares que ensinam como se faz um projeto de trabalho economicamente sustentável (entre eles, por exemplo, a organização de cooperativas de serviços).

Não parece justificável a Universidade ignorar esses conhecimentos, esforço incômodo e experiência já existentes e permanecer na inércia de uma prática cientificamente limitada e socialmente insuficiente.

Quanto à legislação sobre o exercício profissional, as leis e normas dominantes existem também para serem aperfeiçoadas. Mesmo com algum tempo de inércia, elas devem ser alteradas sempre que existe conhecimento novo e um razoável grau de



concordância na sociedade sobre as modificações que devam sofrer. Cabe aos cientistas e profissionais tornarem o conhecimento acessível a tal ponto que a visibilidade sobre os problemas seja grande e ampla o suficiente para gerar acordos sobre as mudanças necessárias. As leis devem refletir o que é melhor para a sociedade e não ser apenas uma “camisa de força” a impedir o desenvolvimento. Mesmo porque, até quando a legislação é ruim e limitadora, é possível desenvolver atuações e experiências enriquecedoras e alternativas, dentro de suas restrições. Talvez seja necessário, também, aos profissionais do Ensino Universitário, um melhor conhecimento sobre como se lida com a legislação e sobre quais as suas relações com o ensino.

Varsavsky (1974), ao comparar as perspectivas “empreso-centrica” e “pueblo-centrica” no planejamento e desenvolvimento de atividades na sociedade, permite uma analogia com o problema da diferença entre “mercado” e “campo” profissionais”. No primeiro caso o critério é o de “lucro a ser obtido”. No segundo, é o de **“necessidades sociais a atender ou minimizar”**. Quais dos dois critérios orientam, de fato, a aprendizagem desenvolvida nos cursos de graduação? Talvez seja uma antidefinição de Universidade se os que buscam nela instrumentos para a atuação profissional os recebam como instrumentos para enriquecimento e não para um serviço social. Talvez os problemas de “pagamento” e “legislação” que se impõem sobre a definição do campo profissional precisem ser examinados com mais estudo e profundidade, à luz do conhecimento existente em várias áreas. Nesse sentido a insistência de Darcy Ribeiro (1978) sobre a diferença entre uma Universidade orientada pela perspectiva da “modernização reflexa”(o que se faz no ensino é reflexo de outras sociedades e “conhecimentos”) e outras pelas possibilidades de “desenvolvimento autônomo” (o que se faz no ensino se orienta pelas necessidades da população do país onde se insere a Universidade e pelo conhecimento sobre essa realidade social) é muito elucidativa. Esclarece direções ideológicas que orientam os “pseudoproblemas” de pagamento e legislação a respeito da noção de campo profissional em oposição à de “mercado profissional” como orientações para o que se ensina nos cursos de graduação. Varsavsky e Ribeiro são congruentes também com as noções que apontam para a “Universidade nova” (Ribeiro, 1973) que a América Latina necessita.

Além de todas as considerações feitas, ainda é preciso salientar que um campo profissional é uma delimitação artificial convencionada cujos limites e definições de um campo profissional e exige conhecimentos além daqueles que domina o profissional de um determinado campo de atuação. A interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade em relação ao conhecimento envolvido tem uma correspondência bem definida na atuação

para interferir com os problemas na sociedade: a interprofissionalidade ou multiprofissionalidade. Quando um profissional (ou o próprio campo profissional) não domina (ou não pode dominar) todo o conhecimento e toda a tecnologia relevantes para intervir em relação a algum tipo de problema **é preciso trabalhar em equipe**, com diferentes tipos de profissionais, solicitar as contribuições de outros ou criar condições para que o profissional de um determinado campo domine outras áreas de conhecimento úteis ao tipo de intervenção, aperfeiçoamento, complementação, etc.

Falar em interprofissionalidade e interdisciplinaridade traz a necessidade de retomar a noção de área de conhecimento em relação a de campo de atuação profissional: “uma se define por ter como objetivo o **estudo** de um determinado tema, assunto, problema ou objeto (conforme o grau de abrangência) e outra se orienta pelo interesse de **intervir** em relação na vida prática das pessoas e na realidade física ou social onde elas vivem”. Ambas podem ter, inclusive, o mesmo objeto de interesse mas são diferentes pelos seus objetivos: **produzir o “saber”**, no caso da área de conhecimento e **utilizar o conhecimento produzido** no caso do campo profissional. É necessário também ter claro que qualquer campo de atuação profissional necessita de conhecimento de várias áreas. Nesse sentido um campo profissional é sempre **multidisciplinar** (pode ser interdisciplinar) embora possa não ser multiprofissional ou interprofissional.

Para refletir sobre as possibilidades de atuação de um psicólogo, é necessário ter clara a definição da Psicologia. Ribes Iñesta (1982,pp.122-4) indica alguns pontos necessários de reflexão para facilitar a tarefa de definir a Psicologia:

A história da Psicologia pode resumir-se como história das formas contraditórias de defini-la, e indica uma formulação explícita da localização da Psicologia como **área de conhecimento** e suas aplicações:

O conhecimento científico é um **modo** de conhecimento, não um conteúdo específico.

1. Como modo de conhecimento, parte da possibilidade teórica de segmentar o concreto empírico, para abstrair relações não aparentes na prática imediata;
2. A segmentação da realidade concreta não pode ser arbitrária, mas deve ajustar-se a critérios epistemológicos e lógicos que validem sua análise teórica. Estes critérios implicam:
  - a) A diferença de complexidade (estrutural e funcional) dos eventos selecionados;

- b) Sua complementaridade e abrangência não recíprocas como níveis de segmentação de uma totalidade concreta;
  - c) A historicidade específica da cada nível analisado.
3. Cada nível de segmentação da realidade concreta requer categorias e métodos analíticos congruentes com sua especificidade como conhecimento;
  4. A Psicologia representa um dos níveis de especificidades analítica do conhecimento científico;
  5. O comportamento constitui, como interação contida entre os organismos individuais e o meio ambiente, o entre os organismos individuais e o meio ambiente, o **conteúdo teórico específico** da Psicologia;
  6. O comportamento não é, portanto, algo dado no concreto, mas sim um nível de organização abstrata tem uma especificidade estrutural, funcional e histórica, que mesmo quando contido no social e contendo o físico-químico e biológico, é epistemologicamente autônomo destes níveis diferentes de conhecimento;
  7. A identidade de uma disciplina se configura, inicialmente, a partir de sua especificidade epistêmica como modo científico de conhecimento e, secundariamente, em termos da demanda como trabalho, como valor de troca que uma sociedade concreta lhe impõe;

Assim, temos que, no primeiro ponto de definição, a **Psicologia é uma área de conhecimento cujo objetivo está vinculado à produção de novos conhecimentos a respeito do seu objeto de estudo - o comportamento (humano e animal) - e suas relações com o meio ambiente.**

No segundo ponto, a **Psicologia vincula-se a uma prática social.** Pode ser caracterizada como uma profissão, no caso da Psicoterapia, ou como aplicação prática do conhecimento alcançado a respeito do seu objeto de estudo. Desta maneira, o **psicólogo pode ser alguém com capacidade para intervir na realidade, e na prática de diversas outras pessoas, através do saber obtido com essa área de conhecimento.** Por exemplo, o psicólogo que trabalha em escolas, em instituições, em creches, postos de saúde, hospitais, órgãos governamentais, etc.

Ao definir-se a Psicologia como uma área de conhecimento, torna-se mais clara a percepção do seu desenvolvimento em diversos campos de atuação profissional. A Psicologia em si não é um campo de atuação embora o comportamento dos organismos possa se constituir em um objeto de trabalho nas suas relações com outros “eventos” da

natureza, com suas respectivas variáveis componentes. A Psicologia enquanto uma área de conhecimento visa estudar e compreender o comportamento, suas relações e seus determinantes em todos os níveis em que esse comportamento possa se apresentar. Para isso, porém, ela depende do conhecimento de diferentes áreas (Fisiologia, Física, Sociologia, Ergonomia, Educação, Medicina etc.). Esse conhecimento é o que permite identificar o que está envolvido nos processos em relação aos quais o profissional deve atuar e o que permite definir o que é preciso aprender (currículo) para desenvolver esta capacidade de atuar em relação a esses processos da natureza nos quais o profissional quer intervir. O ensino de graduação tem que ter claro e realizar com competência e cuidado uma tarefa importante: **estabelecer a ligação entre as necessidades da realidade e as características da atuação profissional**, possibilitadas pela área do conhecimento da Psicologia e outras áreas de conhecimento que permitem entender e desenvolver a multiplicidade de aspectos e determinantes envolvidos.

Um trabalho de Botomé (1987) foi realizado com objetivo de identificar, elaborar e propor um procedimento para identificar alternativas socialmente relevantes de atuação profissional do psicólogo. O trabalho sugere que os próprios currículos dos cursos de graduação deveriam ter um espaço maior para que o futuro profissional pudesse desenvolver a capacidade de analisar fenômenos e não simplesmente aprender técnicas prontas. Com isso, ou seja, **com a compreensão de fenômenos psicológicos através de sua área de conhecimento - Psicologia - o profissional saberia encontrar alternativas profissionais mais abrangentes e socialmente relevantes**. Nesse caso, a ênfase não seria na *descoberta de respostas* mas sim na *descoberta de procedimentos para produzir respostas* em relação à possibilidade de trabalhar para o os psicólogos. Do mesmo modo, a ênfase não seria em descobrir onde desenvolver uma forma de trabalho mas em **ampliar as possibilidades de atuação profissional**.

Nesse caso o profissional não se caracterizaria mais por alguém que fica à espera de que a população tenha problemas e o procure, mas alguém que laboraria projetos que atingissem segmentos institucionais que estivessem preocupados com a **prevenção de problemas ou de manutenção de condições de vida adequadas**. Isto significa que um psicólogo não deve apenas lidar com “patologias”, mas tentar preveni-las ou manter comportamentos ou modos de vida satisfatórios. Para tanto, **o psicólogo não deve apenas lidar com o indivíduo, mas com estruturas mais amplas que estão agindo como determinantes**. Holland (1983, p. 70) colocou claramente esta situação na seguinte afirmação: “Nossas contingências são amplamente programadas em nossas instituições sociais e são esses sistemas de contingências que determinam o nosso

comportamento. Se os membros de uma sociedade estão infelizes, se são pobres, se estão privados, então as contingências envolvidas nas instituições, no sistema econômico e no governo é que devem mudar”.

É preciso sempre lembrar que se o psicólogo não está conseguindo atuar em níveis mais amplos e além da clínica particular, este fato deve-se ao próprio currículo dos cursos de graduação em Psicologia e à limitação do seu conteúdo. Os cursos de Psicologia geralmente formam um psicólogo apto apenas para trabalhar com a patologia, e não com a prevenção e com a manutenção de estados bons de saúde.

As distinções e os dados do presente trabalho indicam bastante precisamente que **é possível ampliar o campo de atuação desde que o ensino se apóie em um conhecimento de boa qualidade e adequado a realidade social do país.** Nesse sentido a revisão e reformulação do conhecimento deve levar a alguma reorganização da inserção da Psicologia na Sociedade e na Universidade.

Além do mais, as análises nos permitem perceber que, através do domínio da área de conhecimento da Psicologia, teríamos condições de desenvolver uma análise crítica dos nossos sistemas sociais e de todas as contingências a que estamos expostos diariamente. Na verdade, tem-se notado que não bastam apenas as psicoterapias feitas individualmente, não basta somente encaixar o indivíduo novamente no padrão exigido pela sociedade, ou eximi-lo da culpa se está fora deste padrão social. Com a compreensão do comportamento humano, suas relações e seus determinantes, temos condições necessárias para analisar o sistema, a estrutura social, política, econômica (e tantas outras) que produzem os “problemas” nas pessoas, e com isso, propor alternativa de prevenção através de uma atuação psicológica a nível primário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bernal, J. D. (1975) **Ciência na História**. Lisboa: Livros Horizontes.
- Botomé, S.P. (1979) A quem nós, psicólogos, servimos de fato? **Psicologia**, 5 (1), 1-15.
- Botomé, S.P. (1981) **Objetivos comportamentais no ensino: a contribuição da Análise Experimental do Comportamento**. Instituto de Psicologia da USP. Tese de Doutorado.
- Botomé, S.P. (1983) **Decidir o que ensinar e tecnologia educacional**. Universidade Federal de São Carlos. Não publicado.
- Botomé, S.P. (1984) & Santos, E. V. Ensino na área da saúde: o problema do objeto de trabalho. **Ciência e Cultura**, 36 (6): 910-923.
- Botomé, S.P. (1986) **Objeto de trabalho, objetivos e atribuições da Universidade**. Universidade Federal de São Carlos. Não publicado.
- Botomé, S.P. (1987) Um procedimento para identificação de alternativas de atuação profissional em Psicologia. **Psicologia**, 2, 511-71.

- Botomé, S.P. & Rosenburg, S.P. (1980) Contribuição da psicologia à saúde pública: análise de uma experiência. **Psicologia**, **3** (6).
- Botomé, S.P.; Duran, A.P. & Duran, N.D. (1986) **Um procedimento para identificar alternativas socialmente relevantes de atuação profissional do psicólogo**. Universidade Federal de São Carlos. Não publicado.
- Botomé, S.P.; Gonçalves, C.M.C.; Miranda, A.M.M.; Silva, E.B.N.; Cardoso, D.R.; Ubeda, E.M.L.; Silva, E.; Pedrazzani, J.C.; Naganuma, M.; Ogazawara, M.; de Rose, T.M.S. e Franco, W. (1979) **Uma análise das condições necessárias para propor objetivos de ensino nas disciplinas do Curso de enfermagem**. *Ciência e Cultura*, **31** (7), p. 131 (resumos).
- Breilh, J. & Granda, E. (1980) **Investigación de la salud en la sociedad**. Quito: Ediciones C.E.A.S.
- Bucher, R., (1980) A função social do psicólogo, **Associação profissional de psicologia**. Distrito Federal, **4** (4-5).
- Carvalho, A.M.A. (1982) A profissão em perspectiva. **Psicologia**, **8** (2), 5-18.
- Carvalho, A.M.A. (1984) Modalidades alternativas de trabalho para psicólogos recém-formados. **Cadernos de Análise do Comportamento**, **6**,1-14.
- Carvalho, A.M.A. & Kavano, E. A. (1982) Justificativa de opção de trabalho em psicologia: uma análise da imagem da profissão em psicólogos recém-formados. **Psicologia**, **9**,(3), 1-18.
- Castro, C.E.S. (1982) **A fisioterapia e o atual momento médico**. Texto utilizado no curso de graduação em fisioterapia da Universidade Federal de São Carlos, pela disciplina Fundamentos da Fisioterapia. Não publicado.
- Demo, P. (1983) Função social da universidade: algumas considerações a partir da política social. **Revista Educação brasileira**, **5** (11), 21-39.
- Dobrianskyj, L. N. (1988) A formação em psicologia e o perfil do aluno e do professor: um estudo longitudinal. Pesquisa apresentada na **XVIII Anual de Psicologia** da Sociedade de Psicologia de Riberão Preto. Caderno de Resumos, p. 229 a 231.
- Duran, A.P. (1975) **Comportamentos sociais como objetivo educacional**. Instituto de Psicologia da USP. Dissertação de Mestrado.
- Duran, A.P. (1983) **Algumas questões básicas sobre a formação em psicologia Texto escrito para uso no Curso de Especialização em Psicologia**. Universidade de Caxias do Sul. Não publicado.
- Holland, J.G. (1983) Comportamentalismo - parte do problema ou parte da solução? **Psicologia**, **1**, 59-75.
- Laurell, A. C. (1975) Medicina Y capitalismo en Méxic. **CUAD. POL.**, **5** , 80-93.
- Mello, S. L. (1975) **Psicologia e profissão em São Paul.** , São Paulo: Ed. Atica.
- Miranda, A.M.N.& Botomé, S.P. (1980) Descrição de Classes de repostas envolvidas na aprendizagem de Microbiologia por estudantes do curso de graduação Enfermagem. **Ciência e cultura**, **32** (7),903. (resumos).
- Nunes, E D.(Org.) (1985) **As ciências sociais em saúde: tendências e perspectivas**. Brasília: OMS-OPAS.
- Oliveira, M.W. & Botomé, S.P. (1984) Depoimentos de alunos como dados para avaliação da relação entre formação acadêmica e exercício profissional, **Ciência e cultura**, **36** (7), 34 (resumos).
- Pedrazzani, J.C. (1983) **Proposição de objetivos comportamentais para a disciplina Anatomia do currículo de graduação em Enfermagem**. Universidade Federal de São Carlos. Dissertação de Mestrado..
- Ribeiro, D. (1973) **La Universidad Nueva: un Proyecto**. Argentina: Ciência Nueva.
- Ribeiro, D. (1978) **A Universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ribes Iñesta, E. (1982) **El conductismo: reflexiones críticas**. Barcelona: Ed. Fontanella.

- Seixas, A.S.S. (1984) **A disciplina Parasitologia no currículo de graduação em Enfermagem: um estudo com vistas à proposição de objetivos comportamentais de ensino.** Universidade Federal de São Carlos. Dissertação de Mestrado.
- Tyler, R.W. (1979) **Princípios básicos de currículo e ensino.** Porto Alegre: Ed. Globo.
- Varsavsky, O. (1976) **Por uma política científica nacional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Varsavsky, O. (1974) **Estilos tecnológicos: propuestas para la selección de tecnologías bajo racionalidad socialista.** Buenos Aires: Periferia.
- Weber, L.N.D. (1991) A representação social do psicólogo em Curitiba. **Psicologia Argumento, 9(5), 71-90.**
- Weber, L.N.D. (1992) A representação social do psicólogo em Curitiba: alunos de Psicologia *versus* público leigo. **Documenta CRP-08, 2, 40-44.**
- Weber, L.N.D. ; Durat Jr., C. & Morikawa, E.I. (1991) A formação em Psicologia na cidade de Curitiba: ideal *versus* realidade. **V Encontro Paranaense de Psicologia, Maringá.** Caderno de Resumos, p.02.07.
- Weber, L.N.D.; Rickli, A. & Liviski, J.D. (1994) Atuação e formação do psicólogo como fatores que influenciam a representação social da Psicologia. **Psicologia Argumento, 15, 71-88.**